

ATA DA 62ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA PERMANENTE DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E LEGAL DO CBH – MÉDIO PARAÍBA DO SUL, realizada no dia 13 de maio de 2026 (quarta-feira), das 14h às 16:00h por videoconferência, com a seguinte ordem do dia: **1. Abertura; 2. Leitura do expediente (correspondência recebida, justificações de ausências e síntese de propostas encaminhadas até o início da sessão); 3. Aprovação da pauta; 4. Aprovação da ata da 61ª Reunião Ordinária; 5. Apresentação e aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2027-2030; 6. Comunicações e avisos; 7. Encerramento.** A Reunião Ordinária da Câmara Técnica Permanente de Instrumentos de Gestão e Legal do CBH – Médio Paraíba do Sul do dia 13/05/2026 contou com a presença dos seguintes membros: Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ), Zélia Raguzzoni (P. M. Mendes), Jaqueline de Souza Silvestre (CEDAE), Milton Neves (LIGHT), Nelson Reis (OMA Brasil), Vera de Fátima Martins (ACAMPAR-RJ); Caroline Lopes (P.M. Quatis); Thiago Guedes (AAN). Convidado: João Lisboa. Equipe: Roberta Abreu; Anaele Joyce e Caio Santos. **Item 1. Abertura;** A reunião foi iniciada pelo coordenador Markus Budzynkz (ADEFIMPA-RJ) que cordialmente saudou a todos os presentes e leu o texto sobre a LGPD, informando que a reunião é pública, gravada e que dela são geradas atas, listas de presença, informativos e documentos. Em seguida, deu prosseguimento com a pauta. **Item 2. Leitura do expediente (correspondência recebida, justificações de ausências e síntese de propostas encaminhadas até o início da sessão):** **Item 3. Aprovação da Pauta;** sem nenhuma contribuição e objeção, a pauta foi aprovada. **Item 4. Aprovação da ata da 61ª Reunião Ordinária;** sem nenhuma objeção ou contribuição, a ata foi aprovada. **Item 5. Apresentação e aprovação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) 2027-2030;** Roberta Abreu iniciou a apresentação do Plano de Aplicação Plurianual (PAP) referente ao período de 2027 a 2030, destacando que o instrumento tem como finalidade orientar o planejamento e a aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso da água, em conformidade com as diretrizes estabelecidas no Plano de Bacia. Informou que o processo de aprovação do PAP compreende análise pela Diretoria, Câmara Técnica, Plenária e posterior encaminhamento ao CERHI para referendo. Durante a apresentação, explicou que a elaboração do plano considerou a manutenção de recursos já comprometidos, a previsão

35 orçamentária para custeio da entidade delegatória, a manutenção do escritório
36 de projetos, incluindo especialistas em recursos hídricos e estagiários técnicos,
37 além do atendimento às exigências da Lei Estadual nº 10.017/2023, que
38 determina a aplicação mínima de 20% dos recursos arrecadados do setor de
39 saneamento em ações de saneamento básico. Também foram apresentados
40 remanejamentos de saldos remanescentes de ações concluídas ou executadas
41 com valores inferiores aos inicialmente previstos, incluindo a destinação de R\$
42 141.708,00 para contrapartida do Programa Protratar e o remanejamento de R\$
43 964.000,00 originalmente previstos para manutenção da entidade delegatória,
44 direcionados à elaboração de estudos e projetos de esgotamento sanitário. Na
45 sequência, foi apresentada a Tabela 2, contendo a distribuição da previsão de
46 arrecadação para o período de 2027 a 2030, considerando os percentuais
47 previstos no Plano de Bacia e as adequações realizadas pelo Comitê para
48 priorização das áreas de saneamento, monitoramento e educação ambiental.
49 Informou ainda que o valor total previsto para o PAP no período corresponde a
50 R\$ 22.723.833,06. Em continuidade, a Tabela 3 consolidou a distribuição dos
51 recursos por Agenda do Plano de Bacia, destacando a previsão de
52 aproximadamente R\$ 10 milhões destinados à Agenda 1, voltada à Gestão dos
53 Recursos Hídricos, e cerca de R\$ 6 milhões para a Agenda 3, relacionada ao
54 Saneamento Urbano e Rural, assegurando o atendimento ao percentual mínimo
55 estabelecido em legislação. Durante os esclarecimentos, Markus Budzynkz
56 solicitou informações sobre a parceria firmada com a Fiocruz, questionando a
57 existência de contrapartida da instituição. Roberta Abreu esclareceu que se trata
58 de um convênio no qual o Comitê disponibiliza os recursos para execução do
59 projeto pela Fiocruz, sendo o valor destinado para execução ao longo de cinco
60 anos, permanecendo o financiamento integral sob responsabilidade do Comitê.
61 Zélia Souza Pereira Raguzzoni questionou sobre a inclusão do município de
62 Mendes no Programa Sanear Rural e a possibilidade de ampliação da iniciativa.
63 Em resposta, Roberta Abreu explicou que eventual ampliação dependerá de
64 deliberação da plenária do Comitê e que a ação está inserida na Agenda 3 do
65 PAP, que já possui recursos destinados a projetos em andamento, além da
66 previsão de arrecadação futura. Caio Henrique da Silva Santos informou que
67 disponibilizaria no chat a resolução de aprovação do Programa Sanear Rural,
68 contendo o detalhamento das microbacias contempladas e a ordem de

classificação dos municípios previstos para atendimento nas próximas etapas do projeto, documento também solicitado por Markus Budzynkz. Encerradas as discussões, o Plano de Aplicação Plurianual foi submetido à votação, sendo aprovado pelos participantes. Ao final, Markus Budzynkz destacou que a apresentação foi realizada de forma detalhada e esclarecedora. **Item 6. Comunicados e avisos;** Roberta informou que a aprovação do PAP será uma das pautas da reunião plenária do dia 27 de maio, que acontecerá em formato virtual. **7. Encerramento;** ao final, Markus (Coordenador da CTPIGL) expressou seu agradecimento pela presença de todos e declarou o encerramento da reunião. A presente ata foi redigida por mim Amanda Vitoria, Estagiária Administrativa, e será assinada pelo Coordenador após aprovação.

Volta Redonda, 13 de maio de 2026.

Markus Stephan Woldunkell Budzynkz

Coordenador da CTPIGL

ENCAMINHAMENTOS: Não houve encaminhamento